DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

Sumário

PODER EXECUTIVO 1
LICITAÇÕES E CONTRATOS 1
LEIS 23
PORTARIAS 45

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

PODER EXECUTIVO

LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATOS

Contratado: **BRIPAV PAVIMENTAÇÃO EIRELI**
CNPJ/MF 08.316.096/0001-03

O Prefeito Municipal de Cerrito, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Federal Nº 8.666/1993 e alterações, CONVOCA a empresa acima citada para, no prazo de até 03 (três) dias à contar da publicação desta convocação, em acordo com os editais TP Nºs.: 001; 002 e 003/2021, COMPARECER, ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL, devidamente identificado, para assinatura presencial dos Contratos Nºs.: 055; 056 e 057/2021, vinculados as TP's acima citadas.
Data/local assinatura Contratos: até o dia 24/12/2021, às 11h00min, Gabinete do Prefeito, Av. Flores da Cunha, 403.
A empresa deverá fazer contato através do telefone: (53) 3254-1190, para agendar uma das três datas previstas para assinatura, com antecedência de 24 horas.

Cerrito, 21 de dezembro de 2021.

Douglas Rodrigues da Silveira
Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Desc to(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo:	**76/2021**	**Licitação:**	**20/2021 - DL**	**Data da Homologação:**					
Fornecedor:	**3636**	**- TESLA MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA**							
1	18-26-0192	RM de Sela Túrcica (hipófise)	tesla	UN	5,000	0,0000	450,0000	2.250,00	Venceu
2	18-26-0193	RM de Tórax	tesla	UN	5,000	0,0000	450,0000	2.250,00	Venceu
3	18-26-0195	RM Joelho	tesla	UN	5,000	0,0000	450,0000	2.250,00	Venceu
4	18-26-0170	RM Coluna Sacro-Coccigea	tesla	UN	5,000	0,0000	450,0000	2.250,00	Venceu
5	18-26-0171	RM Coluna Torácica	tesla	UN	5,000	0,0000	450,0000	2.250,00	Venceu
6	18-26-0180	RM da Próstata	tesla	UN	5,000	0,0000	450,0000	2.250,00	Venceu
7	18-26-0181	RM de Abdômen Superior	tesla	UN	5,000	0,0000	450,0000	2.250,00	Venceu
8	18-26-0182	RM de Abdômen Total	tesla	UN	5,000	0,0000	600,0000	3.000,00	Venceu
9	18-26-0185	RM de Coluna Cervical	tesla	UN	5,000	0,0000	450,0000	2.250,00	Venceu
10	18-26-0186	RM de Crânio	tesla	UN	5,000	0,0000	450,0000	2.250,00	Venceu
12	18-26-0169	RM Coluna Lombar	tesla	UN	5,000	0,0000	450,0000	2.250,00	Venceu
13	18-26-0240	ELETRONEUROMIOGRAFIA	tesla	UN	5,000	0,0000	450,0000	2.250,00	Venceu
			Total do Fornecedor -------->		60,000			27.750,00	

Cerrito, 17 de Dezembro de 2021.

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO

CNPJ: 01.612.869/0001-50
PRAÇA LUIS SIQUEIRA, 22
C.E.P.: 96395-000 - Cerrito - RS

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 20/2021 - DL

Processo Nr.: 76/2021
Data: 17/12/2021

Fornecedor: TESLA MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA — Código: 3636
Endereço: RUA QUINZE DE NOVEMBRO, N.º 469
Cidade: PELOTAS - RS
CNPJ: 09.183.040/0001-90 — Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação De Empresa Através de Dispensa Para Execução De Exames Especializados A Empresa Tesla Medicina Diagnóstica Ltda- Cnpj 09.183.040/0001-90
Devido a necessidade e interesse em oferecer melhores condições de atendimento em relação a procedimentos especializados a população de Cerrito, que atualmente se encontra com uma grande demanda de pedidos aguardando
Esse processo se da através de emendas impositivas n° 001, 006, 008, 010,015,017 e 019/2020

ITENS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	5,00	UN	RM de Sela Túrcica (hipófise) (18-26-0192)
2	5,00	UN	RM de Tórax (18-26-0193)
3	5,00	UN	RM Joelho (18-26-0195)
4	5,00	UN	RM Coluna Sacro-Coccigea (18-26-0170)
5	5,00	UN	RM Coluna Torácica (18-26-0171)
6	5,00	UN	RM da Próstata (18-26-0180)
7	5,00	UN	RM de Abdômen Superior (18-26-0181)
8	5,00	UN	RM de Abdômen Total (18-26-0182)
9	5,00	UN	RM de Coluna Cervical (18-26-0185)
10	5,00	UN	RM de Crânio (18-26-0186)
12	5,00	UN	RM Coluna Lombar (18-26-0169)
13	5,00	UN	ELETRONEUROMIOGRAFIA (18-26-0240)

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

JUSTIFICATIVA

Visto a grande demanda de encaminhamentos para execução de exames especializados, em conformidade com os padrões éticos e técnicos cabíveis, de forma humanizada, ordeira e de qualidade com objetivo de oferecer melhores condições de atendimento em relação a procedimentos especializados a população de Cerrito.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Aquisição do serviço se dá através de dispensa de licitação de acordo com a Lei 8666/1993 art.24-§ IV combinado com o § V, devido a publicação PE 032-2021 e PE 027-2021 se darem deserto, havendo a necessidade de aquisição dos serviços o mais breve possível devido a necessidade e interesse em oferecer melhores condições de atendimento em relação a procedimentos especializados a população de Cerrito, que atualmente se encontra com uma grande demanda de pedidos aguardando.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO CNPJ: 01.612.869/0001-50 PRAÇA LUIS SIQUEIRA, 22 C.E.P.: 96395-000 - Cerrito - RS	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 20/2021 - DL Processo Nr.: 76/2021 Data: 17/12/2021
	Folha: 2/2

Cerrito, 17 de Dezembro de 2021

Douglas Rodrigues da Silveira
Prefeito Municipal

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Valor da Despesa: 27.750,00 (vinte e sete mil setecentos e cinqüenta reais)

Pagamento.....: 30 dias

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 52/2021
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO
Contratada...: TESLA MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA
Valor.....: 27.750,00 (vinte e sete mil setecentos e cinqüenta reais)
Vigência.....: Início: 20/12/2021 Término: 20/12/2022
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 20/2021
Recursos.....: Dotação: 2.055.3.3.90.39.00.00.00.00 (463) Saldo: 91.129,6
Objeto.....: Contratação De Empresa Através de Dispensa Para Execução De Exames Especializados A Empresa Tesla Medicina Diagnóstica Ltda- Cnpj 09.183.040/0001-90
Devido a necessidade e interesse em oferecer melhores condições de atendimento em relação a procedimentos especializados a população de Cerrito, que atualmente se encontra com uma grande demanda de pedidos aguardando
Esse processo se da através de emendas impositivas n° 001, 006, 008, 010,015,017 e 019/2020

Cerrito, 21 de Dezembro de 2021

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo:	**77/2021**	**Licitação:**	**21/2021 - DL**	**Data da Homologação:**					
Fornecedor:	**6262**	**- CENTRO CLINICO PILTCHER LTDA.**							
1	18-26-0002	ENDOSCOSPIA DIGESTIVA	miguel piltcher	UN	5,000	0,0000	350,0000	1.750,00	Venceu
2	18-26-0228	COLONOSCOPIA	miguel piltcher	UN	5,000	0,0000	550,0000	2.750,00	Venceu
			Total do Fornecedor -------->		10,000			4.500,00	

Cerrito, 17 de Dezembro de 2021.

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 21/2021 - DL
CNPJ: 01.612.869/0001-50 PRAÇA LUIS SIQUEIRA, 22 C.E.P.: 96395-000 - Cerrito - RS	Processo Nr.: 77/2021 Data: 17/12/2021

Folha: 1/2

Fornecedor:	**CENTRO CLINICO PILTCHER LTDA.**	Código:	6262
Endereço:	R ANDRADE NEVES, 3006, ********		
Cidade:	Pelotas - RS		
CNPJ:	39.946.634/0001-77	Inscrição Estadual:	

Objeto da Compra: Contratação De Empresa Através de Dispensa Para Execução De Exames Especializados A Empresa CENTRO CLINICO PILTCHER- CNPJ 39.946.634.0001/77
Aquisição do serviço se dá através de dispensa de licitação de acordo com a Lei 8666/1993 art.24-§ IV combinado com o § V, devido a publicação PE 032-2021 e PE 027-2021 se darem deserto, havendo a necessidade de aquisição dos serviços o mais breve possível

ITENS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	5,00	UN	ENDOSCOSPIA DIGESTIVA (18-26-0002)
2	5,00	UN	COLONOSCOPIA (18-26-0228)

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

JUSTIFICATIVA

Visto a grande demanda de encaminhamentos para execução de exames especializados, em conformidade com os padrões éticos e técnicos cabíveis, de forma humanizada, ordeira e de qualidade com objetivo de oferecer melhores condições de atendimento em relação a procedimentos especializados a população de Cerrito.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Aquisição do serviço se dá através de dispensa de licitação de acordo com a Lei 8666/1993 art.24-§ IV combinado com o § V, devido a publicação PE 032-2021 e PE 027-2021 se darem deserto, havendo a necessidade de aquisição dos serviços o mais breve possível devido a necessidade e interesse em oferecer melhores condições de atendimento em relação a procedimentos especializados a população de Cerrito, que atualmente se encontra com uma grande demanda de pedidos aguardando.

Cerrito, 17 de Dezembro de 2021

Douglas Rodrigues da Silveira
Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO CNPJ: 01.612.869/0001-50 PRAÇA LUIS SIQUEIRA, 22 C.E.P.: 96395-000 - Cerrito - RS	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 21/2021 - DL Processo Nr.: 77/2021 Data: 17/12/2021

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Valor da Despesa: 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

Pagamento.....: 30 dias

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 53/2021
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO
Contratada...: CENTRO CLINICO PILTCHER LTDA.
Valor.....: 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)
Vigência.....: Início: 20/12/2021 Término: 20/12/2022
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 21/2021
Recursos.....: Dotação: 2.055.3.3.90.39.00.00.00.00 (463) Saldo: 91.129,6
Objeto.....: Contratação De Empresa Através de Dispensa Para Execução De Exames Especializados A Empresa CENTRO CLINICO PILTCHER- CNPJ 39.946.634.0001/77
Aquisição do serviço se dá através de dispensa de licitação de acordo com a Lei 8666/1993 art.24-§ IV combinado com o § V, devido a publicação PE 032-2021 e PE 027-2021 se darem deserto, havendo a necessidade de aquisição dos serviços o mais breve possível

Cerrito, 21 de Dezembro de 2021

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo:	**65/2021**	**Licitação:**	**34/2021 - PE**	**Data da Homologação:**					
Fornecedor:	**6261**	**- RS COMERCIO DE AUTOMOVEIS E PECAS EIRELI**							
1	22-02-0016	VEÍCULO NOVO ZERO KM TIPO MINIBUS	RENAULT / RENAULT DO	UN	1,000	0,0000	234.900,0000	234.900,00	Venceu
			Total do Fornecedor -------->		1,000			234.900,00	

Cerrito, 21 de Dezembro de 2021.

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Cerrito
Comissão de Licitações
Pregão Eletrônico - 34

Resultado da Homologação

Item:	0001
Descrição:	VEÍCULO NOVO ZERO KM TIPO MINIBUS
Quantidade:	1
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência	290.000,00
Valor Final:	234.900,00
Valor Total:	234.900,00
Situação:	Homologado em 20/12/2021 11:46:50 Por: DOUGLAS RODRIGUES DA SILVEIRA
Nome da Empresa:	RS COMERCIO DE AUTOMOVEIS E PECAS EIRELI
Modelo:	MASTER L3H2

DOUGLAS RODRIGUES DA SILVEIRA
Autoridade Competente

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 20/12/2021 às 11:47:35.
Código verificador: 1B12E4

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 54/2021
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO
Contratada....: RS COMERCIO DE AUTOMOVEIS E PECAS EIRELI
Valor.....: 234.900,00 (duzentos e trinta e quatro mil e novecentos reais)
Vigência.....: Início: 21/12/2021 Término: 21/12/2022
Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 34/2021
Recursos.....: Dotação: 1.043.4.4.90.52.00.00.00.00 (380) Saldo: 305.100,00
Objeto.....: CONTRATO REF. A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA USO DO TRANSPORTE ESCOLAR
VEÍCULO ZERO KM - ANO2021/MODELO 2022 - TIPO MINIBUS
DEMAIS CARACTERISTICAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - VALOR MÁXIMO A SER PAGO 290.000,00

Cerrito, 21 de Dezembro de 2021

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO CNPJ: 01.612.869/0001-50 PRAÇA LUIS SIQUEIRA, 22 C.E.P.: 96395-000 - Cerrito - RS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2021 - TP Processo Administrativo: 67/2021 Processo de Licitação: 60/2021 Data do Processo: 03/12/2021
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Douglas Rodrigues da Silveira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 60/2021
b) Licitação Nr.: 1/2021-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 21/12/2021
e) Data da Adjudicação: 21/12/2021 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CAPEAMENTO ASFÁLTICO NA RUA JOSÉ BERNABE DE SOUZA, ETAPA III COM 946,72M². Órgão: 05, - Unidade: 01 secretaria Serviços Urbanos - Projeto: 1.016 – Elemento Despesa: 4.4.90.51.00.00.00.00.0001, Obras e Instalações- C R: 80 – R$ 142.105,79

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

(em Reais R$)

	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 004700 - BRIPAV - BRITAGEM E PAVIMENTACAO EIRELI	1	0,0000	126.440,18
	1		126.440,18

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.016.4.4.90.51.00.00.00.00 (80) Saldo: 143.438,93

Cerrito, 21 de Dezembro de 2021.

Douglas Rodrigues da Silveira
Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo:	**60/2021**	**Licitação:**	**1/2021 - TP**	**Data da Homologação:**					
Fornecedor:	**4700**	**- BRIPAV - BRITAGEM E PAVIMENTACAO EIRELI**							
1	18-24-0004	SERVIÇO DE CAPEAMENTO ASFALTICO		UN	1,000	0,0000	126.440,1800	126.440,18	Venceu
				Total do Fornecedor ------->	1,000			126.440,18	
Nr. do Processo:	**60/2021**	**Licitação:**	**1/2021 - TP**	**Data da Homologação:**					
Fornecedor:	**5669**	**- CONSTRUTORA PELOTENSE LTDA**							
1	18-24-0004	SERVIÇO DE CAPEAMENTO ASFALTICO		UN	1,000	0,0000	142.105,7900	142.105,79	Perdeu
				Total do Fornecedor ------->	1,000			142.105,79	

Cerrito, 21 de Dezembro de 2021.

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO CNPJ: 01.612.869/0001-50 PRAÇA LUIS SIQUEIRA, 22 C.E.P.: 96395-000 - Cerrito - RS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2021 - TP Processo Administrativo: 67/2021 Processo de Licitação: 60/2021 Data do Processo: 03/12/2021
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CAPEAMENTO ASFÁLTICO NA RUA JOSE BERNABE DE SOUZA, ETAPA III COM 946,72M². Órgão: 05, - Unidade: 01 secretaria Serviços Urbanos - Projeto: 1.016 – Elemento Despesa: 4.4.90.51.00.00.00.00.0001, Obras e Instalações- C R: 80 – R$ 142.105,79

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 46/2021 (Sequência: 2)

Ao(s) 14 de Dezembro de 2021, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO , reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 314/2021, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 60/2021, Licitação nº. 1/2021 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

CONSTRUTORA PELOTENSE ITDA.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Ata 01 Tomada de Preços N.º 001/2021 ABERTURA DE PROPOSTAS Aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e um, à Praça Luiz Siqueira, 22, reuniram-se, a partir das nove horas e trinta minutos, em sessão pública, os servidores municipais Marco Antonio Barbosa de Oliveira, Jesus Eduardo Silva da Silva e Diogo da Rosa Gil, integrantes da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pela Portaria Nº 314/2021, incumbida de julgar o procedimento licitatório da TP Nº 001/2021 - ABERURA DE PROPOSTAS - sendo que a licitação em epígrafe tem por objeto a contratação de empresa de construção civil para execução de obras capeamento asfáltico do entorno do local denominado Largo Canguçu com recursos próprios. Foi dada a publicidade legal do ato e comunicados via whats os interessados, tendo comparecido para a reunião apenas o representante da empresa CONSTRUTORA PELOTENSE LTDA - CNPJ 92.190.503/0001-95, Sr. Guilherme Schneid, CI RG 8082166011, CPF 027.473.210-61. Uma vez que os envelopes já encontravam-se rubricados e devidamente fechados, passou-se a abertura e analise das propostas apresentadas, obtendo-se as seguintes cotações: CONSTRUTORA PELOTENSE LTDA: R$;142.105,79 - BRIPAV BRITAGEM E PAVIMENTAÇÃO EIRELI; R$126.440,18, sendo declarada vencedora do certame e adjudicada a execução dos serviços à empresa BRIPAV BRITAGEM E PAVIMENTAÇÃO EIRELI, CNPJ 08.316.096/0001-03. Não houve manifestação contrária quanto aos atos de julgamento das propostas por nenhum dos representantes das empresas participantes, não havendo intenção de recurso por ambos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da CPL e presentes, sendo encaminhado o processo para análise superior e jurídica quanto aos atos adotados.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Cerrito, 14 de Dezembro de 2021

COMISSÃO:

MARCO ANTONIO BARBOSA DE OLIVEIRA - ..... -

DIOGO DA ROSA GIL - ..... - Comissão Licitação

JESUS EDUARDO SILVA DA SILVA - ..... - Comissão Licitação

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO CNPJ: 01.612.869/0001-50 PRAÇA LUIS SIQUEIRA, 22 C.E.P.: 96395-000 - Cerrito - RS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2021 - TP Processo Administrativo: 67/2021 Processo de Licitação: 60/2021 Data do Processo: 03/12/2021
	Folha: 2/2

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Guilherme Schneid - ..... - Representante

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Secretaria de Administração e Finanças
Setor de Licitações e Contratos

CONTRATO Nº 009.1.2-2017
PP Nº 009/2017
5º TERMO ADITIVO 912/2017

O MUNICÍPIO DE CERRITO, Estado do Rio Grande do Sul, Poder Executivo, por seu Prefeito, Sr. Douglas Rodrigues da Silveira, portador da CI RG Nº 5080986192, CPF N.º 012.475.980-71**,** e, de outro lado, a empresa **TRANSVENTUR TRANSPORTES EIRELI ME**, CNPJ 05.221.195/0001-13, SEDIADA À Rua Lídio Leão Bento, 84, Centro, Cerrito - RS , neste ato representada por seu proprietário, ***Sr. Mateus Schwantz dos Santos***, CI RG Nº 9059404922 SJS-RS, CPF 962.475.760-72, RESOLVEM aditar por interesse público o contrato de prestação de serviços vinculado ao PP Nº 009/2017, mediante a seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O prazo de vigência do contrato é prorrogado até **30/06/2022.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Devido às constantes suba dos combustíveis, foi solicitado pedido de reequilíbrio no valor do km rodado, conforme planilha em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O valor do km/rodado (quilometro rodado) a ser pago pela prestação dos serviços de transporte de alunos para a cidade de Pelotas obteve um acréscimo de 25,74497%, Valor por km/rodado de R$ 3,0538, para R$ 3,84.

CLÁUSULA QUARTA - As demais cláusulas e condições previstas no contrato original, permanecem em vigor e inalteradas.

E, por estarem às partes justas e acertadas, assinam o presente termo de aditamento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito legal e jurídico.

Cerrito, 20 de Dezembro de 2021.

Douglas Rodrigues da Silveira
Prefeito Municipal
Contratante

Mateus Schwantz dos Santos
Transventur Transportes Eireli - ME
Contratada

Testemunhas:

1. _____
CPF:

2. _____
CPF:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo:	**61/2021**	**Licitação:**	**2/2021 - TP**	**Data da Homologação:**					
Fornecedor:	**4700**	**- BRIPAV - BRITAGEM E PAVIMENTACAO EIRELI**							
1	18-24-0004	SERVIÇO DE CAPEAMENTO ASFALTICO		UN	1,000	0,0000	265.200,6200	265.200,62	Venceu
				Total do Fornecedor ------->	1,000			265.200,62	
Nr. do Processo:	**61/2021**	**Licitação:**	**2/2021 - TP**	**Data da Homologação:**					
Fornecedor:	**5669**	**- CONSTRUTORA PELOTENSE LTDA**							
1	18-24-0004	SERVIÇO DE CAPEAMENTO ASFALTICO		UN	1,000	0,0000	297.990,9500	297.990,95	Perdeu
				Total do Fornecedor ------->	1,000			297.990,95	

Cerrito, 14 de Dezembro de 2021.

Douglas Rodrigues da Silveira
Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO CNPJ: 01.612.869/0001-50 PRAÇA LUIS SIQUEIRA, 22 C.E.P.: 96395-000 - Cerrito - RS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2021 - TP Processo Administrativo: 69/2021 Processo de Licitação: 62/2021 Data do Processo: 03/12/2021
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Douglas Rodrigues da Silveira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 62/2021
b) Licitação Nr.: 3/2021-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 14/12/2021
e) Data da Adjudicação: 14/12/2021 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CAPEAMENTO ASFÁLTICO DO LARGO CANGUÇÚ, COM 2.768,67M².

g) Fornecedores e Itens Vencedores: (em Reais R$)

	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 004700 - BRIPAV - BRITAGEM E PAVIMENTACAO EIRELI	1	0,0000	355.583,48
	1		355.583,48

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.016.4.4.90.51.00.00.00.00 (80), 1.016.4.4.90.51.00.00.00.00 (923)

Cerrito, 14 de Dezembro de 2021.

Douglas Rodrigues da Silveira
Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo:	**62/2021**	**Licitação:**	**3/2021 - TP**	**Data da Homologação:**					
Fornecedor:	**4700**	**- BRIPAV - BRITAGEM E PAVIMENTACAO EIRELI**							
1	18-24-0004	SERVIÇO DE CAPEAMENTO ASFALTICO		UN	1,000	0,0000	355.583,4800	355.583,48	Venceu
				Total do Fornecedor ------->	1,000			355.583,48	
Nr. do Processo:	**62/2021**	**Licitação:**	**3/2021 - TP**	**Data da Homologação:**					
Fornecedor:	**5669**	**- CONSTRUTORA PELOTENSE LTDA**							
1	18-24-0004	SERVIÇO DE CAPEAMENTO ASFALTICO		UN	1,000	0,0000	399.653,2200	399.653,22	Perdeu
				Total do Fornecedor ------->	1,000			399.653,22	

Cerrito, 14 de Dezembro de 2021.

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO CNPJ: 01.612.869/0001-50 PRAÇA LUIS SIQUEIRA, 22 C.E.P.: 96395-000 - Cerrito - RS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 4/2021 - TP Processo Administrativo: 70/2021 Processo de Licitação: 63/2021 Data do Processo: 03/12/2021
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 43/2021 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DA OBRA DE REFORMA DA COBERTURA E ÁREA EXTERNA DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO MIGUEL. A REFORMA COMPREENDE TODA A COBERTURA DA ESCOLA, DRENAGEM, PISOS E MUROS, TOTALIZANDO 566,83M².

Aos quatorze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e um, à Praça Luiz Siqueira, 22, reuniram-se, a partir das quinze horas e cinco minutos, em sessão pública, os servidores municipais Marco Antonio Barbosa de Oliveira, Jesus Eduardo Silva da Silva e Diogo da Rosa Gil, integrantes da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pela Portaria Nº 314/2021, incumbida de julgar o procedimento licitatório da TP Nº 004/2021. NÃO HOUVE EMPRESAS INTERESSADAS LICITAÇÃO DESERTA

Cerrito, 14 de Dezembro de 2021

COMISSÃO:

MARCO ANTONIO BARBOSA DE OLIVEIRA - ..... - Comissão Licitação

DIOGO DA ROSA GIL - ..... - Comissão Licitação

JESUS EDUARDO SILVA DA SILVA - ..... - Comissão Licitação

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO CNPJ: 01.612.869/0001-50 PRAÇA LUIS SIQUEIRA, 22 C.E.P.: 96395-000 - Cerrito - RS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2021 - TP Processo Administrativo: 68/2021 Processo de Licitação: 61/2021 Data do Processo: 03/12/2021
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Douglas Rodrigues da Silveira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 61/2021
b) Licitação Nr.: 2/2021-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 14/12/2021
e) Data da Adjudicação: 14/12/2021 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CAPEAMENTO ASFÁLTICO NA RUA JOSÉ BERNABE DE SOUZA, COM 1.919,03M².

(em Reais R$)

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 004700 - BRIPAV - BRITAGEM E PAVIMENTACAO EIRELI	1	0,0000	265.200,62
	1		265.200,62

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.016.4.4.90.51.00.00.00.00 (80), 1.016.4.4.90.51.00.00.00.00 (924)

Cerrito, 14 de Dezembro de 2021.

Douglas Rodrigues da Silveira
Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

LEI MUNICIPAL Nº 1523/2021

17 DE DEZEMBRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PUBLICADO NO MURAL EM:
17/12/2021 A 06/01/2022
Assinado digitalmente por FRANCISCO LUIZ BESSA:39625273034
Responsável: Data: 2021-12-20 09:52:18
Francisco Luiz Bessa
Secretário Especial de Gabinete
Matrícula 1460

DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE CERRITO, CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Douglas Rodrigues da Silveira, Prefeito Municipal de Cerrito, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei, nos termos do artigo 76, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei regula no Município de Cerrito e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica Municipal, o Sistema Municipal de Cultura – SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC, integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º A Política Municipal de Cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Cerrito, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I
DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA

Art. 3º A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Cerrito.

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

Art. 4º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Cerrito.

Art. 5º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de e estabelecer condições para o desenvolvi - mento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º Cabe ao Poder Público do Município de planejar e implementar políticas públicas para:

I – assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

II – universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;

III – contribuir para a construção da cidadania cultural;

IV – reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;

V – combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

VI – promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

VII – qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;

VIII – democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;

IX – estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;

X – consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;

XI – intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

XII – contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS CULTURAIS

Art. 10. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

I – o direito à identidade e à diversidade cultural;

II – a livre criação e expressão:

a) livre acesso;

b) livre difusão;

c) livre participação nas decisões de política cultural;

III – o direito autoral;

IV – o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III
DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA

Art. 11. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura – simbólica, cidadã e econômica – como fundamento da política municipal de cultura.

SEÇÃO I
DA DIMENSÃO SIMBÓLICA DA CULTURA

Art. 12. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Cerrito, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15. Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

SEÇÃO II
DA DIMENSÃO CIDADÃ DA CULTURA

Art. 16. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.

Art. 17. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18. O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e da não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

SEÇÃO III
DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA CULTURA

Art. 22. Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

I – sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

II – elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e

III – conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24. As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no Município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

TÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 28. O Sistema Municipal de Cultura – SMC, se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29. O Sistema Municipal de Cultura – SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta Lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão com - partilhada com os demais entes federativos da República Brasileira – União, Estados, Municípios e Distrito Federal – com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura – SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

I – diversidade das expressões culturais;

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

II – universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III – fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV – cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V – integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI – complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII – transversalidade das políticas culturais;

VIII – autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX – transparência e compartilhamento das informações;

X – democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI – descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII – ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 31. O Sistema Municipal de Cultura – SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I – estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;

II – assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do Município;

III – articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;

IV – promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;

V – criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

VI – estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA

SEÇÃO I
DOS COMPONENTES

Art.33. Integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I – coordenação:

a) Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL;

II – instâncias de articulação, pactuação e deliberação:

a) Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;

b) Conferência Municipal de Cultura – CMC.

III – instrumentos de gestão:

a) Plano Municipal de Cultura – PMC;

b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;

d) Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.

IV – Sistemas Setoriais de Cultura:

a) Sistema Municipal de Patrimônio Cultural – SMPC;

b) Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura – SMBLLL;

c) outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, da comunicação, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

SEÇÃO II
DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC

Art. 34. A Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 35. Integram a estrutura da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL, as instituições vinculadas indicadas a seguir:

I – outras que venham a ser constituídos.

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

Art. 36. São atribuições da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL:

I – formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura – PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;

II – implementar o Sistema Municipal de Cultura – SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;

III – promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

IV – valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;

V – preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI – pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;

VII – manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;

VIII – promover o intercâmbio cultural em nível regional, nacional e internacional;

IX – assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;

X – descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

XI – estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;

XII – estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;

XIII – elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XIV – captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.

XV – operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;

XVI – realizar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estaduais e Nacionais de Cultura;

XVII – exercer outras atividades cor- relatas com as suas atribuições.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

Art. 37. À Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC, compete:

I – exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura – SMC;

II – promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e ao Sistema Estadual de Cultura – SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;

III – instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e nas suas instâncias setoriais;

IV – implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão de Intergestores Tripartite – CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural – CNPC;

V – emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura – SMC, observadas as diretrizes aprova - das pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;

VI – colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura – SNC e do Sistema Estadual de Cultura – SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

VII – colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;

VIII – subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal;

IX – auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X – colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e

XI – coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura – CMC.

SEÇÃO III
DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO

Art. 38. Os órgãos previstos no inciso II do art. 33 desta Lei constituem as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do SNC, organizadas na forma descrita na presente Seção.

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC

Art. 39. Fica criado o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

§ 1º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

§ 2º Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período, conforme regulamento.

§ 3º A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial.

§ 4º A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar a representação do Município de Cerrito, por meio Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 40. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I – 05 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, por meio dos seguintes órgãos e quantitativos:

a) Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL, 01 (um) representante, sendo este o Gestor de Cultura;

b) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, 01 (um) representante;

c) Secretaria Municipal de Educação, 01 (um) representante;

d) Secretaria Municipal de Gabinete 01 (um) representante;

e) Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, 01 (um) representante;

II – 05 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes, representando a sociedade civil, através dos seguintes setores e quantitativos:

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

a) Associação Comercial e Industrial ou representante do Setor, 01 (um) representante;

b) Escritório Municipal da ASCAR/EMATER, 01 (um) representante;

c) Representante de Artesãos ou afins do Município, 01 (um) representante;

d) Representante de grupos de manifestações artístico-culturais, 01 (um) representante;

e) Representante de Grupos de etnia, 01 (um) representante.

§ 1º Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil serão eleitos conforme Regimento Interno.

§ 2º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§ 3º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município;

§ 4º O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é detentor do voto de Minerva.

Art. 41. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

I – Plenário;

II – Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC;

III – Colegiados Setoriais;

IV – Comissões Temáticas;

V – Grupos de Trabalho;

VI – Fóruns Setoriais e Territoriais.

Art. 42. Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, compete:

I – propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura – PMC;

II – estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura – SMC;

III – colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacionais e Estaduais de Política Cultural;

IV – aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;

V – definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

VI – estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura – PMC;

VII – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

VIII – apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

IX – contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC;

X – apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;

XI – apreciar e apresentar parecer sobre os Termos de Parceria a ser celebrados pelo Município com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determina a Lei 9.790/99.

Parágrafo único. O Plenário poderá delegar essa competência a outra instância do CMPC.

XII – contribuir para a definição das diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das políticas culturais;

XIII – acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura – SNC.

XIV – promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

XV – promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;

XVI – incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XVII – delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias;

XVIII – aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura – CMC.

XIX – estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 43. Compete ao Conselho de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC promover a articulação das políticas de cultura do Poder Público, no âmbito municipal, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

Art. 44. Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 45. Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 46. Compete aos Fóruns Setoriais e Territoriais, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais e territórios.

Art. 47. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura – SMC – territoriais e setoriais – para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA – CMC

Art. 48. A Conferência Municipal de Cultura – CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura – PMC.

§ 1º É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura – PMC e às respectivas revisões ou adequações.

§ 2º Cabe à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL, convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura – CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

§ 3º A Conferência Municipal de Cultura – CMC será precedida de Conferências Setoriais e Territoriais.

§ 4º A representação da sociedade civil na Conferência Municipal de Cultura – CMC será, no mínimo, de dois terços dos de - legados, sendo os mesmos eleitos em Conferências Setoriais e Territoriais.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

SEÇÃO IV
DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Art. 49. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I – Plano Municipal de Cultura – PMC;

II – Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

III – Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;

IV – Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA – PMC

Art. 50. O Plano Municipal de Cultura – PMC, instituído por Lei própria, tem duração decenal e é um instrumento de planeja - mento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 51. A elaboração do Plano Municipal de Cultura – PMC e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL, e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes pro - postas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

I – diagnóstico do desenvolvimento da cultura;

II – diretrizes e prioridades;

III – objetivos gerais e específicos;

IV – estratégias, metas e ações;

V – prazos de execução;

VI – resultados e impactos esperados;

VII – recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII – mecanismos e fontes de financiamento; e

IX – indicadores de monitoramento e avaliação.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

DO SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA – SMFC

Art. 52. O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Cerrito:

I – Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);

II – Fundo Municipal de Cultura, definido nesta Lei;

III – Incentivo Fiscal, por meio de renúncia fiscal do IPTU e do ISS, conforme Lei específica; e

IV – outros que venham a ser criados Do Fundo Municipal de Cultura – FMC.

Art. 53. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura – FNC, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 54. O Fundo Municipal de Cultura – FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 55. São receitas do Fundo Municipal de Cultura – FMC:

I – dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Cerrito e seus créditos adicionais;

II – transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

III – contribuições de mantenedores;

IV – produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;

V – doações e legados nos termos da legislação vigente;

VI – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

VII – reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura – FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;

VIII – retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

IX – resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

X – empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;

XI – saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

XII – devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

XIII – saldos de exercícios anteriores; e

XIV – outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 56. O Fundo Municipal de Cultura – FMC será administrado pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL, na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:

I – não-reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública; e

II – reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.

§ 1º Nos casos previstos no inciso II do caput, a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.

§ 2º Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente, pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.

§ 4º Para o financiamento de que trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

Art. 57. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura – FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar 5% (cinco por cento) de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato da CMPC.

Art. 58. O Fundo Municipal de Cultura – FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC.

§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 59. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Art. 60. Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura – FMC fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, de composição paritária entre membros do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 61. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC será constituída por membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Os membros do Poder Público serão indicados pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL.

§ 2º Os membros da Sociedade Civil serão escolhidos conforme regulamento.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

Art. 62. Na seleção dos projetos a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura – PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 63. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

I – avaliação das três dimensões culturais do projeto – simbólica, econômica e social;

II – adequação orçamentária;

III – viabilidade de execução; e

IV – capacidade técnico-operacional do proponente.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS – SMIIC

Art. 64. Cabe à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estaduais e Nacionais de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC.

Art. 65. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC tem como objetivos:

I – coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura – PMC e sua revisão nos prazos previstos;

II – disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

III – exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 66. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 67. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacionais e Estaduais de Informações e Indicadores Culturais, com instituições especializa - das na área de economia da cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas e com outros institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e continua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO NA ÁREA DA CULTURA – PROMFAC

Art. 68. Cabe à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL elaborar, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, em articulação com os demais entes federados e parceria com a Secretaria Municipal de Educação e instituições educacionais, tendo como objetivo central capacitar os gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 69. O Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC deve promover:

I – a qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população;

II – a formação nas áreas técnicas e artísticas.

SEÇÃO V
DOS SISTEMAS SETORIAIS

Art. 70. Para atender à complexidade e especificidades da área cultural são constituídos Sistemas Setoriais como subsistemas do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 71. Constituem-se Sistemas Setoriais integrantes do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I – outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

Art. 72. As políticas culturais setoriais devem seguir as diretrizes gerais advindas da Conferência Municipal de Cultura – CMC e do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 73. Os Sistemas Municipais Setoriais constituídos e os que venham a ser criados integram o Sistema Municipal de Cultura, – SMC conformando subsistemas que se conectam à estrutura federativa, à medida que os sistemas de cultura nos demais níveis de governo forem sendo instituídos.

Art. 74. As interconexões entre os Sistemas Setoriais e o Sistema Municipal de Cultura – SMC são estabelecidas por meio das coordenações e das instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais.

Art. 75. As instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais devem ter participação da sociedade civil e considerar o critério territorial na escolha dos seus membros.

Art. 76. Para assegurar as conexões entre os Sistemas Setoriais, seus colegiados e o Sistema Municipal de Cultura – SMC, as coordenações e as instâncias colegiadas setoriais devem ter assento no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC com a finalidade de propor diretrizes para elaboração das políticas próprias referentes às suas áreas e subsidiar nas definições de estratégias de sua implementação.

TÍTULO III
DO FINANCIAMENTO

CAPÍTULO I
DOS RECURSOS

Art. 77. O Fundo Municipal da Cultura – FMC é a principal fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Parágrafo único. O orçamento do Município se constitui, também, fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 78. O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura – PMC, far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal da Cultura – FMC.

Art. 79. O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, para uso como contrapartida de transferências dos Fundos Nacionais e Estaduais de Cultura.

§ 1º Os recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacionais e Estaduais de Cultura serão destinados a:

I – políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual ou Municipal de Cultura;

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

II – para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacionais e Estaduais de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 80. Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento, devendo ser estabelecido anualmente um percentual mínimo para cada segmento/território.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 81. Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria Municipal de Cultura e instituições vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

§ 1º Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura – FMC serão administrados pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL.

§ 2º A Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SCTDL acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art. 82. O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

§ 1º O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art. 83. O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III
DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO

Art. 84. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura – SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Gabinete do Prefeito
Av. Flores da Cunha nº403 - CEP 96395-000 - Cerrito/RS
Fone/Fax:(53)32541190
e-mail:gabinete@cerrito.rs.gov.br

necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

Parágrafo Único. O Plano Municipal de Cultura será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 85. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 86. O Município de deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura – SNC por meio da assinatura do termo de adesão voluntária, na forma do regulamento.

Art. 87. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura – SMC em finalidades diversas das previstas nesta Lei.

Art. 88. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cerrito, 17 de dezembro de 2021.

Douglas Rodrigues da Silveira
Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO DE CERRITO - RS

Cerrito/RS, **Terça-feira, 21 de Dezembro de 2021 -** Edição **518**

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cerrito
Secretaria Especial de Gabinete
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 487/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PUBLICADO NO MURAL EM:
20/12/2021 A 10/01/2022
FRANCISCO LUIZ BESSA:39625273034
Responsável: Data: 2021-12-20 13:04:46
Francisco Luiz Bessa
Secretário Especial de Gabinete
Matrícula 1460

Revoga a Portaria nº 478/2021.

O Prefeito Municipal de Cerrito, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 76, Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, **Revoga** os efeitos da Portaria nº 478/2021, que concede férias a Sra. **Daiane Vitória de Lima,** Enfermeira ESF, matrícula 1392.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cerrito, em 20 de dezembro de 2021.

DOUGLAS RODRIGUES DA SILVEIRA:01247598071
Assinado de forma digital por DOUGLAS RODRIGUES DA SILVEIRA:01247598071
Dados: 2021.12.20 12:03:54 -03'00'

DOUGLAS RODRIGUES DA SILVEIRA
Prefeito Municipal